RODRIGO BERTOLOZZI MALUF

AS LUTAS POR RECONHECIMENTO NAS NUENS
UMA CRÍTICA MATERIALISTA HISTÓRICO DIALÉTICA A AXEL HONNETH

Dissertação de Mestrado
Orientador: Professor Associado Dr. Marcus Orione Gonçalves Correia

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO – SP
2019

RODRIGO BERTOLOZZI MALUF

AS LUTAS POR RECONHECIMENTO NAS NUVENS
UMA CRÍTICA MATERIALISTA HISTÓRICO DIALÉTICA A AXEL HONNETH

Dissertação de Mestrado apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração de Direitos Humanos (DHU), sob orientação do Professor Associado Dr. Marcus Orione Gonçalves Correia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial deste trabalho por qualquer meio, convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Maluf, Rodrigo Bertolozzi

As lutas por reconhecimento nas nuvens: uma crítica materialista histórico dialética a Axel Honneth / Rodrigo Bertolozzi Maluf. -- São Paulo, 2019.

241 p.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Orientador: Marcus Orione Gonçalves Correia.

1. Reconhecimento. 2. Luta de classes. 3. Sujeito de direito. 4. Marxismo. I. Correia, Marcus Orione Gonçalves, orient. II. Título.

MALUF, Rodrigo Bertolozzi. *As lutas por reconhecimento nas nuvens: uma crítica materialista histórico dialética a Axel Honneth*. 2019. Mestrado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. (a) Dr(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. (a) Dr(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. (a) Dr(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Apesar de assinado por mim, este texto é resultado de três anos de pesquisa e de diversas intervenções de excelentes interlocutores, os quais agradeço agora.

A Nádia Frota, leitora crítica, companheira de vida e companheira de ambições revolucionárias. Este texto não teria sido concluído sem a sua ajuda. Foi você quem leu os argumentos quando eu ainda estava inseguro, que sugeriu inúmeras mudanças no texto, que me elogiou e criticou. Que compartilhemos o restante das nossas vidas expandindo cada vez mais nossos horizontes!

A Marcus Orione pela genialidade marxista sempre afiada com a qual me orientou nesse período de três anos. Por ter indicado um tema (as lutas por reconhecimento) tão frutífero para uma crítica marxista, assim como pelas incansáveis e críticas leituras, que foram realizadas no recesso de 2018, inclusive durante as festividades de final de ano.

A Fabrizio Fusari, também um dos grandes responsáveis por esta dissertação ter sido finalizada, afinal, graças ao seu apoio pude ter tranquilidade para escrever mesmo com a dinâmica pesada de trabalhar, fazer pós-graduação, etc. Muito obrigado por confiar em mim e por todo o aprendizado prático acerca do direito.

A Thiago Arcanjo pelas inúmeras e instigantes conversas sobre marxismo, nas quais estão incluídos longos e inteligentes áudios de *Whatsapp* em época de festividades de final de ano.

A Luiza Abrahão por, além de toda a amizade e apoio no curso da escrita, ter me “apresentado” ainda em 2015 a obra de Axel Honneth e me emprestado vários livros “gringos” do autor que foram imprescindíveis durante a redação.

A Júlia Lenzi por, além de despertar minha admiração por seu brilhantismo intelectual, ter ouvido diversos dos meus desabafos em momentos de crises emocionais e acreditado que eu seria capaz de elaborar uma crítica marxista ao conceito de *lutas por reconhecimento*.

A Flávio Roberto Batista pelos valiosos debates.

A Pablo Biondi e William Castanho pelos aportes trazidos na banca de qualificação, os quais alteraram significativamente o rumo deste texto.

Aos demais pesquisadores do DHCTEM, especialmente Alberto, Angélica, Deise, Helena, Thamiris, Ivan, Irene, Thamiris e Ticiane.

A todos os camaradas da Resistência, especialmente aos que semana a semana estiveram e estão ao meu lado Ana Lucia, Antônio, Boris, Mário, Guilherme, Paulinho, Tião.

A minha mãe Cláudia por ter me ensinado desde pequeno grande parte do que sei e por, além de tudo, garantir a minha subsistência na reta final da produção deste texto por meio de marmitas maravilhosas.

A meu pai Ricardo, que, mesmo sem saber, ensinou-me a ter vontade de lutar por um mundo melhor, ou seja, responsável ainda que indiretamente por despertar meu interesse pelo marxismo.

A Leon e Simone pela presença e amor durante todo a escrita.

Aos amigos e amigas Alexandre de Chiara, Antônio Curti, Beatriz Ricci, Caio Fajardo, Manuel Lira, Mateus Maia, Nayana Sonda, Renato Pereira, sem os quais eu não teria força para concluir os desafios que me foram colocados durante a redação desta dissertação.

Ela virá. A revolução conquistará a todos o direito não somente ao
pão, mas, também, à poesia
Leon Trotski

Революция впервые отвоюет для каждого человека право не
только на хлеб, но и на лирику.
Леон Троцкий

[D] - (...) A propósito do Mundo Novo: a que chamas tu ser dogmático?

[C] - Ser dogmático? Sabes tão bem como eu.

[D]- Depende, as palavras são relativas. Sem Medo sorriu.

[C]- Tens razão, as palavras são relativas. Ele é demasiado rígido na sua concepção da disciplina, não vê as condições existentes, quer aplicar o esquema tal qual o aprendeu. A isso eu chamo dogmático, penso que é a verdadeira acepção da palavra. A sua verdade é absoluta e toda feita, recusa-se a pô-la em dúvida, mesmo que fosse para a discutir e a reforçar em seguida, com os dados da prática. Como os católicos que recusam pôr em dúvida a existência de Deus, porque isso poderia perturbá-los.

[D] - E tu, Sem Medo? As tuas ideias não são absolutas?

[C] - Todo o homem tende para isso, sobretudo se teve uma educação religiosa. Muitas vezes tenho de fazer um esforço para evitar de engolir como verdade universal qualquer constatação particular.

Pepetela

RESUMO

MALUF, Rodrigo Bertolozzi. *As lutas por reconhecimento nas nuvens: uma crítica materialista histórico dialética a Axel Honneth*. 2019. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente estudo busca demonstrar que, ao contrário do que sustenta o autor Axel Honneth, o marxismo não é antiquado ou inadequado para analisar os atuais conflitos sociais, mesmo que estes sejam ou pareçam ser predominantemente ligados à questão identitária. Sem saber compreender essas lutas, a teoria elaborada por Axel Honneth acredita que a história das sociedades até hoje existentes não seria a história das lutas de classes – ideia que para ele adviria de um excessivo funcionalismo econômico – mas a das lutas por reconhecimento, isto é, lutas *morais* por *amor*, por *direito* e por *estima de suas conquistas individuais*. Honneth imputa a essas lutas por reconhecimento em três esferas um potencial emancipatório de autorrealização dos indivíduos, pois por meio delas a moralidade da sociedade seria alargada, ou seja, mais indivíduos distintos seriam reconhecidos pela sociedade, assim como novas características seriam reconhecidas socialmente. No entanto, Honneth concebe, ainda que não saiba, essas três esferas do reconhecimento sob a lógica da *ideologia contratual*. Ao partir da premissa de que as violações ao reconhecimento são morais, Honneth naturaliza as relações de exploração do trabalho, relações não morais que independem do sofrimento emocional e dizem respeito ao tempo de trabalho excedente que é expropriado dos trabalhadores. Submisso a essa lógica da ideologia contratual, o autor não enfrenta a essência e as determinações da “pessoa de direito”; nem a lógica da equivalência entre iguais que permeia sua noção de mérito; tampouco o impacto da divisão da sociedade em classes na formação da família.

Palavras-chave: Axel Honneth. Materialismo histórico dialético. Reconhecimento. Luta de classes. Sujeito de direito. Ideologia.

ABSTRACT

MALUF, Rodrigo Bertolozzi. *The struggles for recognition in the clouds: a dialectical historical materialist criticism of Axel Honneth*. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, Sao Paulo, 2019.

The present study seeks to demonstrate that, contrary to what Axel Honneth claims, Marxism is not old-fashioned or inadequate to analyze current social conflicts, even if they are or seem to be predominantly linked to identity issues. Without knowing how to understand these struggles, the theory elaborated by Axel Honneth believes that the history of societies that still exist today would not be the history of class struggles – an idea that would come to him from an excessive economic functionalism – but from the struggles for recognition, namely, moral struggles for love, right and esteem for their individual achievements. Honneth imputes to these struggles for recognition in three spheres an emancipatory potential for self-realization of individuals, for through them the morality of society would be broadened, in other words, more distinct individuals would be recognized by society as new characteristics would be socially recognized. However, Honneth conceives, even if he does not know, these three spheres of recognition under the logic of contractual ideology. By starting from the premise that violations of recognition are moral, Honneth naturalizes the relations of exploitation of labor, relations that are not moral and independent of the emotional suffering and concern the surplus labour-time, that is expropriated of the workers. Submissive to this logic of contractual ideology, the author does not face the essence and determinations of the "legal person"; nor the logic of equivalence between equals that permeates his notion of merit; nor the impact of the class society in the formation of family.

Key-words: Axel Honneth. Dialectical historical materialism. Recognition. Class struggle. Subject of rights. Ideology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. A “TEORIA CRÍTICA” OU “QUEM FALA DE SOCIALISMO FICOU PARA TRÁS?”	33
1.1 Horkheimer e a superação da “teoria tradicional”	38
1.2 Do esclarecimento ao retorno do mito: o bloqueio estrutural diagnosticado por Adorno e Horkheimer	47
1.3 Da racionalidade instrumental à racionalidade comunicativa	50
2. HONNETH E A IMUTABILIDADE MUTÁVEL DOS SERES HUMANOS	61
2.1. O “resgate” do conceito de trabalho e a negligência com o modo de produção	62
2.2. A “reconstrução antropológica” do “materialismo histórico”	70
2.3. Do paradigma da comunicação ao paradigma do reconhecimento	81
3. O RECONHECIMENTO EM HEGEL E EM MEAD	89
3.1 A nascente ideia de reconhecimento no “jovem” Hegel	90
3.2 A atualização hegeliana fundada no empirismo vulgar de Mead	100
4. AS ESFERAS DO RECONHECIMENTO E SUAS VIOLAÇÕES	111
4.1. A primeira esfera do reconhecimento: o amor	112
4.2. A segunda esfera do reconhecimento: o direito	115
4.3. A terceira esfera do reconhecimento: a estima (solidariedade)	118
4.4. Desrespeito e a gramática moral dos conflitos sociais: “violação, privação de direitos e degradação”	121
4.5. “Atualização” de conceitos: amor, direito e conquista individual (mérito)	129
5. A GRAMÁTICA CONCRETA DOS CONFLITOS SOCIAIS: AS LUTAS DE CLASSES	135
5.1. O amor, a família e a propriedade privada	137
5.2. A mercadoria e o “princípio da igualdade”: o feitiço pelo qual “somos todos iguais”	148
5.3. Exploração, opressão e mérito	170
6. RECONHECIMENTO E IDEOLOGIA CONTRATUAL	195
6.1 Os contra-argumentos de Honneth: reconhecimento ideológico e reconhecimento justificado	196
6.2 Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado	202
6.3 Interpelação e modo de produção capitalista: a ideologia contratual e a reprodução do fetichismo jurídico	213
7. À GUIA DE CONCLUSÃO: A “TEORIA CRÍTICA”, HONNETH E O SUJEITAMENTO À IDEOLOGIA CONTRATUAL	229
BIBLIOGRAFIA	235

INTRODUÇÃO

O trecho que antecede esta introdução pertence a obra *Mayombe*¹ escrita pelo angolano Pepetela e diz muito acerca da presente dissertação de mestrado. Essa obra, publicada pela primeira vez em 1980, retrata, por meio de um romance, a participação do escritor Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (Pepetela) na guerrilha angolana pela independência do país contra o exército português, quando integrou o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que posteriormente transformou-se num partido burocratizado e degenerado, isto é, stalinista, que governa a Angola desde sua independência, em 11 de novembro de 1975, até hoje.

O trecho apresentado trata de uma conversa entre dois personagens, o “Comandante Sem Medo” e o “Dirigente”², em que se discute o dogmatismo, característica comum tanto aos burgueses quanto aos stalinistas. Como foi dito pelo Comandante, os dogmáticos possuem verdades absolutas, que nunca são colocadas em dúvida, “*mesmo que fosse para a discutir e a reforçar em seguida, com os dados da prática*”, pois haveria um medo de que tais dogmas absolutos se mostrassem falsos.

Não partimos aqui de dogmas nem concluiremos por dogmas. Cientes da necessidade de se colocar o conhecimento em dúvida – nem que seja para reforçá-lo posteriormente a partir de novos elementos –, estudaremos profunda e sistematicamente a *teoria do reconhecimento* elaborada por Axel Honneth um dos principais intelectuais que atacam corriqueiramente tanto as premissas quanto as conclusões do marxismo.

A teoria construída por Honneth afirma que a história da sociedade não seria a história das lutas de classes, mas de *lutas por reconhecimento*. Essas lutas morais, lutas por *amor*, por *direito* e por *estima de suas conquistas individuais* possuiriam um potencial emancipatório de autorrealização dos indivíduos, uma vez que por meio delas a moralidade da sociedade seria alargada, isto é, mais indivíduos distintos seriam reconhecidos pela sociedade. Essa autorrealização de que ele fala ocorreria quando a sociedade não viola a autoconfiança (esfera do amor), o autorrespeito (esfera do direito) e a autoestima (esfera do mérito) dos indivíduos, reconhecendo-os.

¹ PEPETELA. *Mayombe*, São Paulo: LeYa, 2013.

² As personagens não possuem nomes próprios, mas denominações que se vinculam com suas atribuições, de forma que se considera mais as funções de todos no coletivo do que as personagens consideradas individualmente, o que se assemelha, em alguma medida, a filmes de Serguei Eisenstein e o protagonismo de um sujeito coletivo.

Contudo, como será pormenorizadamente visto, Honneth deixa a todo momento de questionar qual é a sociedade que reconhece os indivíduos e quais as especificidades históricas que conformaram as relações sociais familiares, jurídicas e meritocráticas. Ele ignora que as pessoas não se *reconhecem nas nuvens*, mas no mundo real em que, antes de tudo, precisamos garantir a própria reprodução da nossa vida, a satisfação das necessidades, sejam elas do estômago e/ou da fantasia. A vida das pessoas é condicionada em última instância cotidianamente pelo modo de produção e reprodução da vida em sociedade, que atualmente é o capitalista. Não é à toa que uns são donos dos meios de produção, podem viajar para onde quiserem, frequentam os melhores estabelecimentos de ensino, transmitem sua gigantesca coleção de mercadorias por herança, enquanto a maioria precisa dia após dia vender sua força de trabalho para sobreviver.

Antes de prosseguirmos, como vindicamos o método materialista histórico dialético, um método que busca a compreensão da totalidade das relações sociais, entendendo-as como essencialmente históricas, necessário esclarecer a pergunta “como e onde estamos?”

Estamos no planeta Terra, é verdade, e estamos vivos. Porém, essas respostas são completamente genéricas, afinal, embora todos os humanos vivam, desde que a humanidade existe, no mesmo planeta, isso não diz nada além do óbvio. Também podemos afirmar que vivemos em determinado país, cidade, que pertencemos a determinado grupo social, mas isso também é insuficiente, uma vez que os seres humanos sempre, desde sua existência, viveram em coletividades sociais. O que nos interessa com essa pergunta é, na verdade, como são as relações sociais por meio das quais as determinadas sociedades – no nosso caso, a sociedade capitalista – garantem suas próprias reproduções e sobrevivem por certo período histórico. Queremos, portanto, compreender como e onde de fato estamos em termos concretos, pois a existência do nosso gênero é histórica: a forma como garantimos nossa sobrevivência, como nos relacionamos com as pessoas, o fato de alguns dominarem e outros serem dominados, uns serem exploradores e outros explorados, etc., não são fenômenos eternos, mas históricos e, logo, mutáveis.

Vivemos no modo de produção capitalista, numa sociedade em que para que sejam garantidas as necessidades básicas a maior parte da população precisa trabalhar para sobreviver, enquanto uma minoria lucra e enriquece às custas dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nas palavras poéticas de Marx, o trabalhador

Não considera nem mesmo o trabalho como parte de sua vida, é antes o sacrifício de sua vida. (...) E o trabalhador, que durante doze horas tece,

fura, drila, constrói, quebra pedras, carrega pesos, etc., considera essas doze horas como uma manifestação de sua vida, como vida? Ao contrário, a vida começa para ele quando essa atividade cessa; começa na mesa, no bar, na cama. As doze horas de trabalho, por outro lado, não têm significado para ele como tecelagem, mineração, etc., mas como ganho, que o leva à mesa, ao bar, à cama. Se o bicho-da-seda tivesse de tecer para continuar sua existência como lagarta, seria um trabalhador assalariado completo. A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia a sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende os seus esforços ao camponês. O escravo é vendido, com a sua força de trabalho, duma vez para sempre, ao seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de um outro. Ele próprio é uma mercadoria, mas a força de trabalho não é uma mercadoria sua. O servo só vende uma parte da sua força de trabalho. Não é ele quem recebe um salário do proprietário da terra: pelo contrário, o proprietário da terra é que recebe dele um tributo.³

No mundo, via de regra, atualmente o trabalhador não é vendido a seus patrões como pessoa escravizada. Pelo contrário, ele vende “livremente” – tão livremente que não possui outra escolha para sobreviver, exceto “escolher” para quem vai vender – sua capacidade de trabalho diária, sua força de trabalho. Entretanto, desde o início do modo de produção capitalista, a conjuntura que envolve essa relação da venda da força de trabalho não permaneceu estática. Mesmo quando ausente um norte de superação da exploração (isto é, um horizonte revolucionário de superação do modo de produção capitalista) os trabalhadores e as trabalhadoras historicamente lutaram (e lutam) em diversas ocasiões por melhores condições salariais e por melhores condições de vida, o que muitas vezes acabou (acaba) sendo traduzido em “vitórias” jurídicas, como se a “conquista” de um direito fosse capaz de garantir a emancipação social dos que “mereceram” pela “luta”.

Contudo, o atual contexto mundial nos releva a fragilidade dessas “conquistas” e, ainda, como elas acabam por acomodar os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras aos limites da *liberdade*, em que todos podem contratar e serem contratados, da *igualdade* em que todos se reconhecem como iguais e podem firmar contratos, e da *propriedade privada dos meios de produção*, de modo que continuam existindo aqueles que possuem tais meios e os que trabalham para os que possuem.

Uma rápida análise da conjuntura global atual sem dúvida nos mostra um avanço das políticas capitalistas neoliberais, as quais aumentam a exploração da classe trabalhadora, ou seja, que aumentam a taxa de extração de lucro dos capitalistas, assim

³ MARX. Karl. *Trabalho Assalariado e Capital*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>; Acesso em 31.08.18.

como revela que, em grande parte do mundo, os trabalhadores e as trabalhadoras vêm perdendo os direitos individuais e sociais “conquistados” pela luta, mesmo que esses direitos “conquistados” em nenhuma medida ameacem a dominação capitalista, uma vez que eles sequer poderiam questionar – pela sua própria natureza, como será visto nos capítulos 05 e 06 – a separação dos meios de produção dos que efetivamente os utilizam, os trabalhadores. Além disso, estamos num momento de ascensão tanto de movimentos tidos como identitários – movimento feminista, negro, LGBT, etc. – quanto de movimentos de ódio – supremacistas brancos, grupos LGBTfóbicos, etc.

No Brasil, essa situação acima descrita nos parece evidente. A burguesia brasileira vem acabando com todas as “migalhas” “conquistadas” pela luta dos trabalhadores. Este processo não se iniciou agora, mas foi intensificado; foram aprovadas a reforma trabalhista⁴ e a permissão irrestrita da terceirização – a partir da qual, por exemplo, uma escola pode contratar professores terceirizados, ou o Tribunal de Justiça pode terceirizar o trabalho cartorário⁵, em prol de uma “liberdade irrestrita de negociação” que supostamente geraria novos empregos, quando sabemos que, na verdade, os empregos somente têm sido continuamente precarizados e os trabalhadores cada vez mais rumam ao trabalho informal.⁶ A previdência pública segue cada vez mais ameaçada em razão de uma falsa dívida do sistema previdenciário⁷, etc.

Como em outros lugares do mundo⁸, também no Brasil muitas das lutas recentes foram protagonizadas pelos chamados comumente, pelos movimentos sociais e pelos

⁴ A reforma trabalhista (lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017) representa um retrocesso de décadas de “conquistas” dos trabalhadores, sob a falsa alegação de que esta reforma acabaria com o desemprego e faria o Brasil sair da crise econômica. Somente a título de exemplo, além de diversas flexibilizações e da fragilização dos sindicatos, o acesso do trabalhador ao judiciário, para “exigir” os direitos que foram violados, foi restringido por meio da redução do alcance da justiça gratuita e da imposição de honorários contratuais e periciais mesmo quando litigando sob justiça gratuita.

⁵ Além de o projeto de lei da terceirização (PL nº 4.302/1998) ter sido aprovado, ele foi “ratificado” pelo STF, que autorizou a terceirização irrestrita dos postos de trabalho. Conferir https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/31/politica/1535667568_741528.html; acesso em 05.01.19.

⁶ Conferir: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/12/05/ibge-trabalhadores-informalidade-brasil-2017.htm>; <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-08/pesquisa-revela-que-trabalho-informal-cresceu-77-em-um-ano-no-rio>; <https://noticias.r7.com/economia/informalidade-e-trabalho-autonomo-batem-recorde-no-brasil-06112018>; acessos em 05.01.19.

⁷ Para saber mais, conferir. SILVA, Júlia Lenzi. *Processo judicial previdenciário e política pública de previdência social*. Curitiba: Juruá, 2015.

⁸ Como, por exemplo, o movimento *Black Lives Matters*, que se iniciou em 2013 nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo reivindicando o fim da violência contra os negros e as negras e é protagonizado por estes e estas; ou como a recente manifestação (dez/2018) de mulheres na Índia que formaram um “cordão humano” de cerca de 620 km de comprimento reivindicando a igualdade de gênero, durante uma discussão sobre o acesso a um importante templo hindu. Para saber mais, conferir: <https://blacklivesmatter.com/>; <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-46728521>; acesso em 05.01.19.

acadêmicos, de movimentos identitários, principalmente pelo movimento policlassista feminista⁹. Assistimos e participamos das gigantescas manifestações denominadas “Primavera das mulheres” contra Eduardo Cunha e o PL nº 5069 – texto que dificulta o acesso das mulheres ao aborto legal no Brasil – em 2015, as quais, embora não tenham sido capazes de barrar a aprovação do PL na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, indubitavelmente aumentaram a pressão que resultou no afastamento (maio de 2016), na cassação e na prisão de Eduardo Cunha, que à época das manifestações era presidente da Câmara dos Deputados. Além disso, vimos e atuamos mais recentemente nas manifestações protagonizadas pelas mulheres em diversas regiões do Brasil que ficaram conhecidas como #EleNão, contra o atual presidente (que infelizmente ganhou as eleições burguesas), então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, em razão de suas constantes declarações misóginas e de suas ameaças à atual democracia burguesa, como sua idolatria a Brilhante Ustra – conhecido por ser um dos líderes das torturas durante o regime ditatorial militar brasileiro, o único militar que chegou a ser reconhecido formalmente pela justiça brasileira como torturador.

Ante esse cenário mundial de lutas que se destacam pelo protagonismo de “grupos identitários”, para Honneth, não faria sentido algum buscar soluções para mobilizar as massas valendo-se do marxismo e visando a tomada do poder, uma vez que o próprio marxismo, supostamente preso a uma ideia equivocada de trabalho e a um “paradigma produtivista”, estaria ultrapassado. Como consequência de estar ultrapassado, o método materialista histórico dialético seria incapaz tanto de diagnosticar as atuais mazelas sociais como de pensar e propor a emancipação social das pessoas, para que estas não tivessem mais suas autorrealizações violadas/impedidas por desrespeitos, tais como, acrescentamos¹⁰, os propagados pelo discurso e pela prática de ódio de Jair Bolsonaro e seus seguidores.¹¹

⁹ Não pretendemos aqui afirmar a existência de um único movimento feminista ou de uma unidade incondicionada das mulheres, mas apenas evidenciar lutas que foram protagonizadas no passado recente/presente por mulheres de diversas vertentes do feminismo e, acima de tudo, de classes distintas.

¹⁰ Salientamos que o exemplo dado em que o discurso e a prática de ódio de Jair Bolsonaro e seus seguidores consiste em violação ao reconhecimento dos grupos de indivíduos não foi extraído diretamente da obra honnethiana, e sim é nossa interpretação desta aplicada ao momento atual.

¹¹ Como temos visto, o governo de Jair Bolsonaro em seus pouquíssimos dias de existência, já nos mostrou a que veio. Vejamos alguns exemplos de seus ataques. Foi nomeada como Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos a pastora Damare Alves, que acredita que a Igreja Evangélica deveria ocupar nas escolas e na ciência o espaço atualmente ocupado pela Teoria da Evolução e que é contra a “ideologia de gênero” (espantalho criado pela direita para se referir as questões da identidade de gênero, sexualidade/orientação sexual e educação sexual). Foi extinto o Ministério da Cultura, que foi incorporado ao Ministério da Cidadania. Foi determinada a saída dos médicos cubanos do Programa Mais Médicos - embora os médicos brasileiros não queiram ocupar os postos de trabalho deixados pelos cubanos que estejam longe dos grandes

Com as críticas de Honneth, colocaremos à prova o método materialista histórico dialético para, ao final, chegarmos a conceitos aprimorados. Afinal, a teoria do reconhecimento de Axel Honneth tem uma proposta de conceber a emancipação com base no binômio *reconhecimento intersubjetivo/desrespeito* (entendido como privação de reconhecimento) que é totalmente distinta da (e, da forma como foi concebida, vai contra à) proposta de emancipação pensada pelo método materialista histórico dialético. Isto é, há uma incompatibilidade lógico-histórica entre as proposições sobre emancipação do marxismo e as da teoria honnethiana, uma vez que esta sequer percebe a exploração como um problema que causa e mantém as desigualdades sociais. Como se não fosse algo perturbador que, embora a grande maioria das pessoas labore durante a maior parte de seu dia, as horas de trabalho despendidas são apenas vistas como meio para efetivamente viver, ou seja, para ter lazer, ir a um bar, ver um filme, descansar, ver os amigos, etc.

Nesta investigação crítica à obra de Axel Honneth, tomaremos alguns cuidados para rebater o exposto pelo autor. Quando Honneth critica o marxismo, o autor se utiliza muitas vezes de diversos tipos de falácias, uma vez que sequer aborda seriamente os argumentos tais como eles são expostos pelo marxismo. Além disso, o autor trata o materialismo histórico dialético como algo morto, que pertence somente aos livros de História e não diria mais nada a respeito da realidade tal como ela é e se apresenta.

Com o intuito de evitar que, ao criticar Honneth, cometamos o mesmo erro que fez o teórico das lutas por reconhecimento, procederemos nossa crítica por meio de uma análise minuciosa e sistemática. Para tanto, analisaremos a principal obra do autor, *Luta*

centros urbanos, deixando parte da população sem médicos disponíveis. O Ministério do Trabalho foi “incorporado” (ou seja, extinto!) pelo Ministério da Economia, conforme a Medida Provisória 870, que é atualmente dirigido pelo Paulo Guedes, “nosso” *Chicago Boy* (isto é, *ultraliberal*). A “população LGBT” foi um tópico retirado das políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos. Vem sendo defendida a reforma previdenciária que visa privatizar a previdência pública – assim como ocorreu no Chile –, entre diversos outros ataques. Como o próprio Bolsonaro afirmou em seu discurso de posse, “Me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo [que *infelizmente* nunca chegou perto de existir no Brasil – R. M.], da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto”. Frisa-se que com essas críticas ao governo Bolsonaro em nenhum momento pretendemos exaltar o governo de conciliação de classes petista, o qual foi por nós severamente criticado em MALUF, Rodrigo Bertolozzi. *Reforma ou revolução? Que fazer diante do certo da austeridade: um estudo sobre a luta por direitos no Brasil*. (Tese de conclusão de curso). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2015. Para saber mais sobre os fatos mencionados acerca do governo Bolsonaro, conferir <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/01/discursos-de-bolsonaro-na-posse-frases.ghtml>; <https://oglobo.globo.com/sociedade/medida-provisoria-assinada-por-bolsonaro-nao-explicita-diretrizes-para-populacao-lgbti-23341254>; <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/09/ministra-damara-se-envolve-em-nova-polemica-a-teoria-da-evolucao.ghtml>; <https://exame.abril.com.br/economia/reforma-da-previdencia-no-brasil-pode-se-inspirar-no-modelo-do-chile/>; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm; <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2019/01/11/mais-medicos-ainda-ha-1462-vagas-pais-chamara-formados-fora-sem-revalida.htm>; <http://www.cultura.gov.br/>; Todos acessados em 12.01.19.

por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais, além das teorizações honnethianas que precederam essa obra, em especial suas críticas superficiais ao marxismo e sua tentativa de conceituar o que seria a imutabilidade mutável dos seres humanos, isto é, as pré-condições de todas as ações sociais. Nesse percurso, sintetizaremos os argumentos mais importantes de Axel Honneth para que possamos debater com o próprio Honneth e não com uma figura criada a partir deste, um espantalho que, em vez de representar as ideias do autor, simbolizaria apenas seus argumentos mais fracos. Nas palavras de Sacrini, a respeito da *falácia do espantalho*:

trata-se de um tipo de falácia que ocorre em discussões argumentativas. O arguidor R defende a posição X, e o arguidor S reconstrói X de maneira simplificada (X'), assim refutando-a de modo mais fácil. Ocorre que refutar uma versão mais frágil da posição em questão (X') é claramente irrelevante para a discussão da verdade ou falsidade da posição X original. É como enfrentar um espantalho em vez de se embater com um adversário real. (...). Assim, ao propor uma versão mais fraca da posição original, o arguidor deixa de se comprometer com a resolução racional do tópico controverso, e passa a buscar uma possível vitória fácil em uma discussão, a qual pode ser rapidamente contestada como ilegítima, uma vez que foi construída ignorando-se a real força lógica das posições adversárias.¹²

Assim, não construiremos aqui um “novo” Honneth (Honneth') para que o criticássemos mais facilmente. Abordaremos pormenorizadamente (e em alguns momentos exaustivamente) os argumentos sustentados por Honneth acerca das *lutas por reconhecimento* e, a partir disso, analisaremos as consequências de suas teorizações iniciais, demonstrando que, embora alegue ter teorizado acerca da emancipação, o “teórico crítico” perdeu do horizonte qualquer possibilidade de emancipação, uma vez que sequer consegue precisar as causas reais dos sofrimentos sociais.

No mesmo sentido, em nosso percurso crítico, trataremos as elaborações honnethianas com base no “princípio da caridade”. Isso significa que devemos reconstruir “a versão logicamente mais forte do argumento em questão segundo o que se compreende do discurso em que ele é apresentado”¹³, pois assim, além de testarmos a força de nossa crítica, aumentamos o potencial de convencimento das nossas teses propostas ao longo do texto.

Quanto a nossa ordem de exposição nesta dissertação, seguimos uma indicação feita por Marx no posfácio da segunda edição d'*O Capital*:

¹² SACRINI, Marcus. *Introdução à análise argumentativa: teoria e prática*. São Paulo: Paulus, 2016, p. 239-240.

¹³ *Ibidem*, p. 70.

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori.¹⁴

Após uma investigação minuciosa do lastro interno do que foi proposto pelo autor e para expor de maneira adequada o movimento real que fazem os conceitos desenvolvidos por Honneth, resolvemos apresentar os textos escolhidos do autor em ordem cronológica. Isso, entretanto, não se deu simplesmente pela ordem em que essas obras foram escritas, afinal, nada nos obrigaria aqui a segui-la pela simples “razão cronológica”. Optamos por tal escolha, pois ela é metodologicamente superior no caso concreto: através de uma análise crítica das primeiras teorizações de Honneth sobre as pré-condições da ação humana e de seu menosprezo ao método materialismo histórico dialético, poderemos compreender como seu desenvolvimento inevitavelmente resultaria – e mostraremos como de fato resultou – numa perda de quaisquer potenciais transformadores das próprias lutas por reconhecimento, uma vez que, ausente a perspectiva de classe, essas lutas acabam por reproduzir a perspectiva da ideologia contratual que cristaliza na sociedade as determinações do capital.

Analisaremos criticamente a *teoria do reconhecimento* honnethiana, com base em todo o arsenal disponibilizado pelo materialismo histórico dialético, o marxismo. Não temos medos de perturbações, uma vez que aqui pretendemos discutir e, ao final, reforçar o marxismo com base na refutação do que foi proposto por Honneth. Não abordaremos, neste texto, as obras do autor que não versam diretamente acerca da luta por reconhecimento, tais como *Sofrimento de Indeterminação*, *Direito da Liberdade* e *Ideias do Socialismo*.

Para chegarmos à análise do reconhecimento tal como fez Honneth, buscaremos apresentar o que diz a “teoria crítica” em seu diagnóstico social – vertente teórica em que se insere Honneth. Para isso, seguiremos no capítulo 01 o caminho apontado por Marcos Nobre em seu breve resumo sobre a teoria crítica¹⁵, além dos principais autores dessa teoria que têm alguma relação com o pensamento honnethiano. Analisaremos o “marco inicial” dessa teoria, qual seja, o célebre texto de Horkheimer denominado *Teoria Tradicional e*

¹⁴ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – Livro I – O processo de produção do capital*. São Paulo São Paulo: Boitempo, 2013, p. 90.

¹⁵ NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. 1ª edição, 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Teoria Crítica, apontando como o próprio conceito de *comportamento crítico*, a despeito de sua aparência transformadora, na realidade rejeita as possibilidades de prática revolucionária, limitando-se a diagnósticos (bastante imprecisos) da realidade. Veremos também os motivos pelos quais, na *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer chegaram a equivocada conclusão segundo a qual a *emancipação da sociedade*, a partir dos anos 1930, *estaria estruturalmente bloqueada* por causa da constituição e da dominância de uma racionalidade instrumental, isto é, pela racionalidade do capital. Depois disso, teceremos considerações sobre como Habermas, intelectual da chamada “segunda geração” da “teoria crítica”, aderiu parcialmente ao diagnóstico da constituição de uma racionalidade instrumental e contestou que essa fosse a única forma de racionalidade, desenvolvendo então o conceito de racionalidade comunicativa. Nesse sentido, investigaremos como Habermas “coloca a culpa” dos erros de Horkheimer e Adorno – acerca da impossibilidade estrutural da emancipação social – “na conta” do marxismo, caracterizando-o como uma herança nefasta ao desenvolvimento da própria “teoria crítica”, e propõe substituir o “paradigma da produção” de origem marxista por um “paradigma da comunicação”, o qual seria responsável pela reprodução simbólica da sociedade e faria referência às ações orientadas pelo “entendimento racional” e não às ações de dominação da natureza ou dos demais seres humanos. Além disso, criticaremos como Habermas negligenciou a historicidade e, portanto, a possibilidade de superação do modo de produção capitalista, dividindo a sociedade de forma dualista entre “sistemas” – dentre os quais predominam os sistemas do “poder” e do “dinheiro” – e mundo da vida, que seriam “apartados”, necessários à humanidade e se influenciariam mutuamente. Esclarecemos que, durante todo esse capítulo, além das críticas marxistas que serão realizadas aos precursores de Honneth, mostraremos o que este diz a respeito desses pensadores e do suposto progresso de cada uma das “gerações” da “teoria crítica”.

A partir do capítulo 02 passaremos à análise de alguns textos de Axel Honneth que antecederam as conceituações da *Luta por Reconhecimento*. Considerando que este autor sustenta, assim como Habermas, que a teoria marxista estaria ultrapassada, seguiremos, no subcapítulo 2.1, o caminho de Honneth na sua fracassada tentativa de, buscando os potenciais emancipatórios do “trabalho”, “renovar” o materialismo histórico dialético. Mostraremos que, diferentemente do que sustenta Honneth, a questão do trabalho na teoria marxista não pode ser resumida ao controle do “que fazer” e “como fazer”, como se bastasse a gestão das empresas capitalistas pelos próprios trabalhadores, mas deve ser compreendida da perspectiva do fim da exploração, isto é, do fim da expropriação do tempo

de trabalho excedente – exploração que, conforme será detalhado mais a frente, não é uma categoria moral, razão pela qual, por exemplo, a substituição de uma “empresa capitalista” por uma “cooperativa de trabalhadores” pouco altera a sociedade e em nada altera seus ditames capitalistas. Na sequência, no subcapítulo 2.2, destrincharemos como, no livro *Ação social e natureza humana*, a “reconstrução antropológica” do marxismo feita por Honneth, em parceria com Hans Joas, repete os erros de Feuerbach que já haviam sido criticados severamente por Marx e Engels na *Ideologia Alemã*. Afinal, Honneth, ao identificar as pré-condições da ação (chamadas por ele de “imutabilidade mutável dos seres humanos”) com uma “prática sensual” que vai além do trabalho, na realidade repetiu os erros idealistas e as afirmações ahistóricas feuerbachianas, esquecendo-se de que os humanos precisam estar vivos para fazerem história e que a forma como os seres humanos garantem sua sobrevivência e reprodução é distinta em cada momento histórico. Para elucidar os erros da argumentação de Honneth, retomaremos as teorizações de Marx e Engels na *Ideologia Alemã*, focando principalmente na crítica a Feuerbach, autor este que é a base da “reconstrução antropológica” de Honneth e Joas, para afastar as dúvidas quanto à importância e à centralidade do trabalho na vida humana, assim como da categoria “modo de produção”. Afinal, como viveríamos sem a satisfação das nossas necessidades básicas, sejam elas do estômago ou da fantasia? Já no subcapítulo 2.3, apresentaremos como, depois de “resgatar” os alegados potenciais emancipadores do marxismo, Honneth prossegue a investigação acerca das pré-condições da ação humana, da “imutabilidade mutável dos seres humanos”, iniciando a mudança do modelo “antropologicamente” fundado (o da sensualidade humana inspirado em Feuerbach) em direção a uma análise neohegeliana baseada no reconhecimento mútuo. Nesse caminho, mostraremos que, para Honneth, a “teoria crítica” padeceria desde seu início de dois déficits, um sociológico e outro motivacional: déficit sociológico, pois os “teóricos críticos”, por causa do suposto “excesso funcionalista do marxismo”, teriam deixado de lado todos os aspectos práticos e morais da vida cotidiana e todas as interações que não se relacionassem diretamente com o trabalho social; déficit motivacional, pois tanto Adorno e Horkheimer quanto Habermas, cada um ao seu modo, não teriam sido capazes de explicar o que motivaria as pessoas a agirem socialmente – no caso de Habermas, como será visto, sua teoria não explica o motivo pelo qual as pessoas agiriam racionalmente e seriam convencidas pelos melhores argumentos.

Para a nossa compreensão crítica da mudança do paradigma da comunicação para o paradigma do reconhecimento, abordaremos nos capítulos 03 e 04 a produção teórica de Honneth mais relevante para a nossa crítica, a obra *Luta por Reconhecimento: a gramática*

moral dos conflitos sociais, texto da livre docência de Honneth e que é, sem dúvidas, a sua publicação mais debatida e citada – seja nos ambientes acadêmicos, seja como alternativa para interpretar as “novas” lutas sociais.

No subcapítulo 3.1, resumiremos a análise de Honneth sobre as teorizações formuladas por Hegel em Jena (“jovem” Hegel), para compreender o motivo pelo qual Honneth sustenta que os indivíduos só podem constituir suas identidades pessoais quando são reconhecidos intersubjetivamente. No subcapítulo 3.2, ao examinar a segunda parte da obra *luta por Reconhecimento*, exporemos como Honneth, com base num suposto empirismo da psicologia social de Mead, acredita ter fundamentado materialmente os aportes hegelianos metafísicos e idealistas, ou seja, que se passam *nas nuvens*, acerca do reconhecimento intersubjetivo.

Com base nos aportes e insuficiências de Mead e Hegel expostos no capítulo 03, analisaremos o esquema honnethiano dos padrões de reconhecimento (formas/esferas do reconhecimento) que seriam imprescindíveis à autorrealização dos indivíduos e, portanto, à emancipação social. Veremos que, para Honneth, são três as formas de reconhecimento, o amor, o direito e a estima, as quais, quando desrespeitadas, atuariam como motores das lutas morais por reconhecimento intersubjetivo, e apontaremos que essa subdivisão é aleatória e corresponde, na realidade, a conceitos metafísicos e idealistas com uma “roupagem” materialista (subcapítulos 4.1, 4.2 e 4.3). Distinguidas as esferas do reconhecimento honnethiano, investigaremos, no subcapítulo 4.4, as afirmações do autor segundo as quais a gramática moral dos conflitos sociais, isto é, sua normatividade social (sua estrutura social), é o desrespeito às esferas do reconhecimento intersubjetivo, que se constituem em “motor” das lutas sociais por emancipação social. Realizada essa exposição, adentraremos, no subcapítulo 4.5, no debate realizado entre Honneth e Fraser, uma vez que o autor, para reafirmar seus conceitos, “atualiza-os” de maneira mais explicitamente ligada ao modo de produção capitalista. Essa explicitação fica nítida quando o autor afirma arbitrariamente que o amor burguês teria se emancipado das pressões sociais econômicas, assim como substitui a denominação da terceira esfera do reconhecimento, que antes era chamada de estima, para conquista individual pelos próprios méritos.

No capítulo 05, esfacelaremos as esferas do reconhecimento de Honneth, demonstrando como elas, a despeito de serem chamadas pelo autor de emancipadoras, em última instância acabam por reforçar a falsa-esperança de que seria possível atingir a emancipação social dentro do modo de produção capitalista, pois este não teria, na concepção de Honneth, contradições intrínsecas e insolúveis. Com o conceito de lutas por

reconhecimento, Honneth pretendia “atualizar” e dar “materialidade” à “descoberta” hegeliana do reconhecimento, contudo, como será exposto, essa materialidade não foi alcançada por Honneth, pois este se negou a analisar concretamente as relações sociais. Nesse capítulo criticaremos o idealismo de Honneth, sua adesão acrítica ao modo de produção capitalista e seu empirismo aleatório, que fica evidente ao autor escolher os aspectos históricos e sociais que lhe interessam, desprezando uma abordagem da totalidade.

Deixando de lado conceitos metafísicos e idealistas, no subcapítulo 5.1, analisaremos criticamente a esfera das relações afetivas (amor) a partir dos aportes de Engels sobre a origem da família, da propriedade privada e da opressão, mostrando que a família, não é, como pensa Honneth, uma instituição de amor, cuidado e afeto, mas a unidade econômica básica da sociedade. Isto é, enquanto Honneth acredita que a família poderia dar aos indivíduos confiança de suas vontades e desejos, exporemos que, na maioria dos casos, essas vontades e desejos não alargam a “moralidade da sociedade”, mas reproduzem a lógica capitalista do “mérito” e da exploração. No subcapítulo 5.2, com base nos aportes de Marx e Pachukanis – acerca das formas elementares do modo de produção capitalista, quais sejam, *a forma mercadoria* e *a forma jurídica*, e das consequências dessas formas (o *fetichismo da mercadoria* e o *fetichismo jurídico*) – demonstraremos também como qualquer possibilidade de se entender o reconhecimento jurídico honnethiano (segunda esfera do reconhecimento) como emancipador está completamente fadada ao fracasso. Isso pois, o direito não apreende os indivíduos como tais, mas como sujeitos de direito, ou seja, como sujeitos livres e iguais. Livres para comprar e vender mercadorias e iguais na medida em que se respeitam mutuamente como proprietários de mercadorias. No subcapítulo 5.3, retomaremos e definiremos conceitos aparentemente “esquecidos” por Honneth, como a exploração e a opressão, para esfacelar as possibilidades emancipatórias da terceira esfera do reconhecimento, a estima, chamada também de mérito e de conquista individual. Nesse esfacelamento, demonstraremos como os “méritos” ou “conquistas” de indivíduos/grupos não podem ser considerados potencialmente emancipadores e podem, na realidade, apontar na direção contrária, quer dizer, podem obstaculizar a emancipação ao não questionarem a sociedade capitalista, dando a falsa impressão de que todos podem “vencer” na vida, basta lutar pelo reconhecimento de seus próprios méritos.

No início do capítulo 06 (subcapítulo 6.1), analisaremos como Honneth, no artigo *Reconhecimento como ideologia: sobre a correlação entre moral e poder*, partindo de uma leitura superficial das formulações de Louis Althusser sobre a ideologia (e os Aparelhos Ideológicos de Estado) tentou se defender de diversas críticas desferidas contra sua teoria

do reconhecimento – as quais, em síntese, afirmam que o reconhecimento honnethiano poderia servir à reprodução das relações sociais de dominação já existentes. Em sua defesa, Honneth propôs uma “saída” argumentativa: a diferenciação entre as “lutas por reconhecimentos moralmente justificados”, que seriam emancipadoras e alagariam a moral da sociedade, e as lutas por reconhecimentos ideológicos, as quais reforçariam a dominação social, por serem incapazes de realizar suas próprias promessas normativas. Para demonstrar os equívocos de Honneth na leitura de Althusser, retomaremos, no subcapítulo 6.2, o que teorizou o marxista francês a respeito dos *Aparelhos Ideológicos de Estado*, compreendendo como se reproduzem as relações de produção capitalista (as relações de exploração, de separação do trabalho manual do intelectual, de dissociação do “produtor direto” em relação aos “meios de produção”, etc) e como os indivíduos se tornam sujeitos, “aceitando livremente” a dominação social. isto é, sem que seja necessário o uso da força e da violência a todo tempo pela classe dominante para que esta garanta sua dominação. No subcapítulo 6.3, munidos da formulação althusseriana segundo a qual os indivíduos se interpelam como sujeitos, abordaremos como a reprodução da dominação ocorre predominantemente por interpelações jurídicas específicas, chamadas por nós de *ideologia contratual*. Essas interpelações contratuais garantem tanto a reprodução das relações de produção como o próprio funcionamento dessas relações, afinal, os indivíduos são chamados/interpelados por outros indivíduos a reconhecerem a si mesmos dentro da perspectiva excludente do modo de produção capitalista, segundo a qual todos são proprietários de mercadorias, cujas quantidades variam de acordo com os “méritos” de seus proprietários. Ainda, demonstraremos como, a partir dos próprios critérios de Honneth, as esferas do reconhecimento conceituadas por Honneth são, na realidade, exemplos de “reconhecimentos ideológicos”, isto é, não emancipadores, uma vez que as relações intersubjetivas de reconhecimento são completamente incapazes de garantir suas próprias promessas normativas de emancipação social e reforçam a dominação social, mistificando a sociedade, como se não existissem exploradores e explorados, mas uma sociedade em que todos têm distintos tipos de problemas passíveis de serem resolvidos pela lógica do reconhecimento e da “autorrealização”, que se dá a partir de critérios capitalistas.

7. À GUIA DE CONCLUSÃO: A “TEORIA CRÍTICA”, HONNETH E O SUJEITAMENTO À IDEOLOGIA CONTRATUAL

“- A questão - diz Alice - é saber se é possível fazer uma mesma palavra significar um monte de coisas diferentes.

- A questão - diz Humpty-Dumpty - é saber quem será o mestre. E ponto-final.”

Alice através do espelho – Lewis Carroll

Não reproduziremos aqui de maneira sistemática o que foi visto no decorrer do nosso texto, pois a introdução já realizou essa função.

A título de conclusão, partiremos de uma breve reflexão acerca do trecho acima citado da obra *Alice através do espelho* de Lewis Carroll com o qual Edelman encerra o texto *Legalização da classe operária*.

Ao introduzir o trecho de Carroll, Edelman enuncia: “Uma última palavra, ‘através do espelho’”⁶¹¹. Além de especificar que se trata de um trecho extraído de *Alice Através do Espelho*, a expressão “através do espelho”, da forma como usada por Edelman, parece-nos remeter à estrutura especular de toda a ideologia, segundo a qual os sujeitos se reconhecem mutuamente ao se sujeitarem a outro Sujeito. Assim como uma palavra possui diversos significados, mas é monossignificada a partir de um “mestre”, as interpelações podem constituir os indivíduos em diversos tipos de sujeitos, mas são circunscritas ao universo de um único Sujeito. No capítulo 06 expusemos que, em nossa sociedade, o Capital, como relação social universalmente difundida, faz as vezes desse único Sujeito. Os indivíduos foram e são interpelados por vários Aparelhos Ideológicos de Estado para que reproduzam e façam funcionar as relações de produção, contudo, na sociedade capitalista, o “mestre” Capital necessita que esses aparelhos interpelem os sujeitos predominantemente pela ideologia contratual, para que estes possam se constituir em sujeitos de direito e carregarem consigo todas suas determinações.⁶¹² O Sujeito interpela pela ideologia contratual a infinidade de indivíduos a seu redor a se tornarem sujeitos de direito, os quais, por sua vez, interpelem-se entre si e a si mesmos como sujeitos de direito.

Isso significa que, embora as palavras possam significar muitas coisas, a classe dominante, em razão de sua dominação concreta, faz com que os significados de todas as

⁶¹¹ EDELMAN, Bernard. *A legalização da classe operária*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 151.

⁶¹² Como ressalta Edelman, temos de nos dar conta um dia que a hegemonia burguesa somente triunfa por seu recorte social, que lhe permite governar por aparelhos interpostos. E é por isso que o direito, que é o sistema de organização desses espaços, é a ideologia triunfante. *Ibidem*, p. 148.

palavras sigam as premissas de seu “mestre”, isto é, do Capital (Sujeito), atribuindo a esses significados um aparente “caráter eterno e superior à luta de classes”⁶¹³, resultando na ocultação das relações sociais de dominação e na sua aparência de “neutralidade”. As relações jurídicas refletem as relações sociais – exatamente por isso conseguimos captar sua especificidade capitalista –, mas ao mesmo tempo as refratam, escondendo que a lógica das relações jurídicas (da igualdade e da liberdade) é a lógica dos guardiões de mercadoria que buscam uma vasta coleção de mercadorias. Não à toa a liberdade capitalista se restringe à liberdade para contratar, ser contratado e, para a maior parte da população mundial, estar livre (separado) dos meios de produção. Afinal, é assim que os sujeitos encarnam os sujeitos de direito, ao venderem sua mercadoria força de trabalho a outros sujeitos de direitos reconhecidos por eles como “iguais”, isto é, “iguais” apenas no sentido de serem igualmente proprietários de mercadorias, a despeito da diferença gritante entre o fato de um ser proprietário dos meios de produção e o outro ser proprietário apenas da sua capacidade de trabalhar.

Vivemos num mundo concreto, mas muitos teóricos parecem não saber disso, pois buscam a solução dos problemas reais a partir de concepções idealistas, como se os problemas que efetivamente existem pudessem ser solucionados nas nuvens e não no local em que eles mesmos surgiram e se desenvolveram/desenvolvem. Todos os “teóricos críticos” aqui expostos – tenham eles se utilizado de alguns aportes marxistas como fizeram Horkheimer e Adorno ou não, como fazem ainda hoje Habermas e Honneth – negam as possibilidades de prática revolucionária tal como expostas pelo marxismo e, conseqüentemente, são teóricos que deixam de pensar a superação da exploração em nome de apenas tentar diagnosticar a sociedade. Nesse sentido, nossos principais interlocutores durante este texto, quais sejam, Horkheimer, Adorno Habermas e Honneth – e seus respectivos comentadores – relegaram a advertência feita por Marx quanto à tarefa da filosofia de atuar concretamente na transformação da realidade, limitando-se a interpretá-la.

Essa limitação ficou bastante nítida em Adorno e Horkheimer, pois o comportamento crítico destes autores interpretou que a sociedade estava estruturalmente bloqueada para emancipações e, a partir disso, quedaram inertes. Qual seria o elemento crítico de um comportamento que se resume a observar a sociedade, isto é, que nega a

⁶¹³ VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 140.

tarefa de desenvolver, pela prática, a consciência e a organização da classe trabalhadora objetivando a tomada do poder e o fim das relações capitalistas?

No mesmo sentido, a falsa “superação” habermasiana do marxismo, por exemplo, para além de todo idealismo de suas teorizações e da naturalização do modo de produção capitalista, considera o paradigma da comunicação e a linguagem como se ambos estivessem nas *nuvens*. Afinal, Habermas acredita que poderíamos nos comunicar livremente e, a partir dessa comunicação livre, chegarmos a um entendimento racional, isto é, não sermos convencidos por outro tipo de coerção que não a do melhor argumento. Contudo, como chegar a um acordo racional das vontades, se nossas próprias vontades estão inseridas na lógica contratual, uma lógica de *equivalência que reproduz desigualdades*? Habermas ignora que nossa racionalidade é predominantemente contratual (faz-se x, ganha-se y) e as repercussões disso. A comunicação não ocorre nas *nuvens* e, portanto, não se dá de maneira livre, mas é determinada em última instância pelo “mestre” das palavras, que dá a aparência de que a comunicação é livre, quando na realidade ela depende das condições materiais dos falantes e, sobretudo, é condicionada em última instância pelo Sujeito (o Capital como relação social, o “mestre”) que assujeita os indivíduos e os chama a responderem cotidianamente aos seus mandamentos.

No caso de Honneth, segundo nossa exposição (capítulos 02, 03, 04, 05 e 06), suas esferas do reconhecimento ignoram o modo de produção e suas determinações, de modo que, em vez de emancipadoras, as esferas do reconhecimento reforçam a dominação capitalista. Isso significa que, nos termos do próprio Honneth, as *lutas por reconhecimento* são na verdade lutas por reconhecimentos falsos, os quais são incapazes de cumprir as suas promessas normativas. A “autorrealização” dos indivíduos que pretende o autor é inatingível caso sejam desconsideradas, como fez Honneth, a exploração e a opressão, as reais “patologias sociais”.

Ainda que “sem querer”, a lógica das *lutas por reconhecimento* reproduz em todas suas esferas a lógica do assujeitamento contratual. Em razão de suas teorizações, Honneth se colocou num “lugar” difícil para pensar a emancipação e provavelmente por isso se limitou a diagnosticar a sociedade. Como o autor se recusa a enxergar o mundo de uma perspectiva da totalidade, fragmentando as lutas como se não houvesse interesses de classe objetivos que as permeiam, o autor precisa permanecer isolado dos conflitos que ele diagnostica, afinal, somente poderíamos ter certeza de que um reconhecimento seria justificado e não falso a partir do momento em que os próprios concernidos se manifestem

a respeito. Nesse sentido, por Honneth aparentemente não ser um concernido, isto é, um indivíduo que teve seu reconhecimento desrespeitado em alguma das três esferas, não seria necessário que ele se engajasse em qualquer tipo de militância social. A verdade é que Honneth evita fazer análises sobre o reconhecimento injustificado/ideológico/falso porque não capta e nem busca captar a causa social dos desrespeitos. Ora, Honneth define o reconhecimento injustificado como aquele que é incapaz de cumprir suas promessas normativas (ligadas às esferas do reconhecimento e à autorrealização dos indivíduos). Mas se não sabemos quais são as causas das mazelas sociais, como distinguir se determinada relação social reforma ou não as causas dessas mazelas?

E seguindo o caminho de ignorar a gênese e a historicidade dos desrespeitos, o conceito de mérito de Honneth acaba por naturalizar as relações sociais capitalistas e suas contradições. Nesse sentido, as lutas dos concernidos são lidas por Honneth, como visto, de uma perspectiva do mérito que ressalta as conquistas de grupos/indivíduos pela equivalência: os próprios concernidos que lutarem seriam reconhecidos pelos seus méritos. Merecem-se pela luta os direitos que serão conservados (ou conquistados) e para quem serão conservados (ou conquistados), assim como é pela luta que grupos/indivíduos merecem ser estimados pelo outro generalizado capitalista. Esse merecimento da sociedade capitalista é essencialmente excludente: nunca os trabalhadores e as trabalhadoras serão *verdadeiramente* estimados por pertencerem a classe trabalhadora, uma vez que os patrões necessitam extrair o tempo de trabalho excedente dos trabalhadores e das trabalhadoras para que possam lucrar. Não há burguesia sem classe trabalhadora e, portanto, no modo de produção capitalista, os trabalhadores e as trabalhadoras nunca terão para si mesmos o tempo de trabalho excedente expropriado. Não por acaso, a sociedade capitalista propaga que “vencer” na vida significa ser “patrão”, isto é, que a emancipação das mazelas sociais da sociedade poderia ser alcançada por todos, bastando para tanto que eles “consigam” virar patrões, mesmo que isso queria dizer “ser patrão de si mesmo” e se “autoexplorar”, ou seja, se submeter a altas jornadas de trabalho por si mesmo, para somente a partir dessa “autoexploração” poder viver, isto é, ter comida, saúde, diversão e arte, etc.

A teoria de Honneth, na melhor das hipóteses interpretativas, está a todo momento “enxugando o gelo”, ou seja, “anestesia” um problema para que tão logo torne a surgir outro da mesma fonte que o anterior.

Concordamos que as *lutas por reconhecimento*, ou, em outras palavras, a ação de enxugar gelo, pode até trazer às pessoas uma sensação de felicidade. Porém, essa felicidade é ilusória e efêmera. Não pretendemos que as pessoas suportem os grilhões da exploração e da opressão sem algo paliativo que alivie o peso destes – como é paliativo, por exemplo, que os anúncios comerciais de produtos de beleza passaram a se importar com representatividade, considerando que os grupos oprimidos além de figurarem nos comerciais também são “consumidores” e “cidadãos” –, mas que as pessoas possam efetivamente se liberar dos grilhões que os prendem e a flor viva de cada um possa desabrochar. Nesse sentido, não se trata de paliar a exploração e a opressão e sim de lutar para que ambas estejam somente nos livros de História e não mais dilacerando cotidianamente a vida da maior parte das pessoas do mundo.

Os sujeitos de direito em geral vivem seu cotidiano enxugando gelo. E, pelo que vimos, Honneth propõe que os “indivíduos desrespeitados” continuem enxugando gelo. É por isso que dedicamos a Honneth os versos do rapper BNegão formulados em 2003:

Enxugando o gelo, sua realidade segura por um fiapo de cabelo.
 Apego pelo tempo, melhor não tê-lo; segurá-lo, não quero, nem há como contê-lo.
 No último capítulo, vimos nosso herói encontrar-se em maus lençóis.
 No momento crucial em que teve sua piada mensal fatiada, ao realizar a manobra arriscada de manter ao mesmo tempo: comida no prato, iluminação, água pro banho, bom nível de informação e temperamento intacto.
 A seu favor, ele conta com sua quase total imunidade espiritual, corpo e humor à-prova-de-contas, além de uma dose generosa de honestidade fazendo o diferencial.
 Contra ele, credores-comedores-de-cabeça, agiotas ultra magnéticos (além de outras aves de rapina menos cotadas) de butuca, em cada esquina.
 Corte pra outra cena, sem anestesia. A liberdade estendida na sua frente tendo um ataque de epilepsia
 Ordem para o povo, progresso pra burguesia
 (...)
 Naquela fase da vida em que a conjunção "tempo-é-dinheiro" é quase como um eclipse
 Cidadãos passeiam por jardins floridos, tendo como fundo o céu decorado por mísseis (em queda!).⁶¹⁴

⁶¹⁴ BNEGÃO & OS SELETORES DE FREQUÊNCIA. Enxugando gelo. In: *Enxugando gelo*. São Paulo: Verge, 2003.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006,
- ALVES, Giovanni. *A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>; Acesso em 04.08.16
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um Mapa da Ideologia*. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013;
- _____. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999;
- _____. *Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015
- ANDRADE, Oswald. *Obras completas volume VIII - Teatro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973;
- ARCARY, Valério. *O martelo da História: ensaios sobre a urgência da revolução contemporânea*. São Paulo: Sundermann, 2016;
- AVRITZER, Leonardo. Teoria crítica e teoria democrática. Do Diagnóstico da impossibilidade da democracia ao conceito de esfera pública. In: *Novos Estudos, CEBRAP*, nº 53, 1999.
- BATISTA, Flávio Roberto. *Crítica da tecnologia dos direitos sociais*. São Paulo: Outras Expressões e Dobra Editorial, 2013;
- _____. O conceito de ideologia jurídica em Teoria geral do direito e marxismo: uma crítica a partir da perspectiva da materialidade das ideologias. *Revista on-line Verinotio*, Belo Horizonte, nº 19, 2015. Disponível em <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.16536335196846.pdf>>. Acessado em 10 de dezembro de 2017.
- BELL, Daniel. *O fim da ideologia*. Coleção Pensamento Político, v. 11. Brasília: Universidade de Brasília, 1980;
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo. Grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999;
- BIDET, Jacques. KOUVELAKIS, Stathis (orgs.). *Critical Companion to Contemporary Marxism*. Boston: Brill, 2008;
- BIONDI, Pablo. *Capitalismo e racismo no Brasil*. Disponível em: <http://blog.esquerdaonline.com/?p=5449>; acesso em: 03.03.2016.

_____. *Dos Direitos Sociais aos Direitos de Solidariedade. Elementos Para uma Crítica*. São Paulo: LTR, 2017.

BRESSIANI, Nathalie. *Crítica e Poder? Crítica Social e Diagnóstico de Patologia em Axel Honneth*. Orientador Ricardo Terra. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo, 2015;

BURAWOY, Michael. *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. São Paulo: Alameda, 2014;

CARRASCO, Carmen; PETIT, Mercedes. *Mulheres trabalhadores e marxismo, um debate sobre a opressão*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2012;

CHAUÍ, Marilena. *Nova classe trabalhadora: enigmas?* Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/nova-classe-trabalhadora-enigmas>; acesso em 01.05.17;

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. A legalização da classe trabalhadora – uma leitura a partir do recorte da luta de classes. In: SIQUEIRA, Germano et al. (orgs.). *Direito do Trabalho: releituras, resistência*. São Paulo: LTr, 2017.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O que é Direito Social? In: CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (org.). *Curso de direito do trabalho. Vol. 1*. São Paulo: LTr, 2007.

D'ATRI, Andrea. *Pão e rosas. Identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo*. São Paulo: Iskra, 2008;

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018;

_____. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016;

DERANTY, Jean-Philippe. *Beyond Communication. A critical Study of Axel Honneth's Social Philosophy*. Leiden e Boston: Brill, 2009;

EDELMAN, Bernard. *O direito captado pela fotografia – elementos para uma teoria marxista do direito*. Coimbra: Centelha, 1976;

_____. *A legalização da classe operária*. São Paulo: Boitempo, 2016;

ENGELS, Friedrich; Kautsky, Karl. *O socialismo Jurídico*. São Paulo: Boitempo, 2012;

ENGELS, Friedrich. *Antidürring*. São Paulo: Boitempo, 2015;

_____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012;

FEUERBACH, Ludwig. *Princípios da Filosofia do Futuro*. Lisboa: edições 70, 1984;

- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001;
- GUARESCHI, Pedrinho A.. *Sociologia Crítica: alternativas de mudança*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.
- GIDDENS, Anthony; Turner, Jonathan (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. Que significa socialismo hoje? Revolução recuperadora e necessidade de revisão de esquerda. In: *Novos Estudos CEBRAP*, 30, julho de 1991;
- _____. Teoria do agir comunicativo. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2011;
- HARVEY, David. *Para entender o Capital*. São Paulo: Boitempo. 2013;
- HEGEL, Georg W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*. V. I. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 2012,
- _____. *Fenomenologia do Espírito – Parte I*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992
- HONNETH, Axel. *O direito da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2015;
- _____. History and Interaction. In: ELLIOT, Gregory (org.). *Althusser. A critical reader*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1994, p. 99.
- _____. *The Idea of Socialism Towards a Renewal*. Cambridge e Malden: Polity Press, 2017.
- _____. *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003;
- _____. *Reconhecimento como ideologia: sobre a correlação entre moral e poder*. Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=07&t=09>>; acesso em 05.06.17
- _____. *Reconocimiento y menosprecio: sobre la fundamentación normativa de una teoría social*. Madri: Katz Editores, 2010;
- _____. *Sofrimento de indeterminação: uma reatualização da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007,
- _____. Disrespect. *The normative Foundations of Critical Theory*. Cambridge e Malden: Polity Press, 2007;
- HONNETH, Axel; JOAS, Hans. *Social Action and Human Nature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989;

- HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: *Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- HÖSLE, Vittorio. *O sistema de Hegel: o idealismo da subjetividade e o problema da intersubjetividade*. São Paulo: Loyola, 2007;
- HYPPOLITE, Jean. *Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999;
- KASHIURA Junior, Celso Naoto. *Sujeito de direito e capitalismo*. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014;
- KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto/Eduerj, 2002;
- KORSCH, Karl. *O conceito de forças produtivas materiais*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/korsch/ano/mes/conceito.htm>; Acesso em 03.08.16;
- LECERCLE, Jean-Jacques. *A marxist Philosophy of Language*. Boston: Brill, 2006;
- LOSURDO, Domenico. *A luta de classes: uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015;
- LÖWY, Michael. *A política do desenvolvimento desigual e combinado. A teoria da revolução permanente*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2015;
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999
- MALUF, Rodrigo Bertolozzi. *Reforma ou revolução? Que fazer diante do certo da austeridade: um estudo sobre a luta por direitos no Brasil*. (Tese de conclusão de curso). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2015;
- MARX, Karl, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011;
- _____. *O Capital: crítica da economia política – Livro I – O processo de produção do capital*. São Paulo São Paulo: Boitempo, 2013
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, São Paulo: Boitempo, 2010
- _____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012;
- _____. *Os despossuídos: debate sobre a lei referente ao furto de madeira*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011
- _____. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2012
- _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982;
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010;
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007;

- _____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010;
- _____. *A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011
- MELO, Rúrion. *Marx e Habermas: teoria crítica e os sentidos da emancipação*. São Paulo: Saraiva, 2013;
- MELO, Rúrion (coord.). *A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça*. São Paulo: Saraiva, 2013;
- MELO, Thiago A. C. *Do sujeito ao sujeito de direito: dos direitos naturais aos direitos humanos*. 2018. Doutorado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018;
- MIAILLE, Michel. *Introdução crítica ao direito*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2005;
- MORENO, Nahuel; PETIT Mercedes. *Conceitos Políticos Básicos*, p. 4. Disponível em: <<http://esquerdasocialista.com.br/livro-conceitos-politicos-basicos>>; Acesso em: 09.10.15;
- MORENO, Nahuel. *A ditadura revolucionária do proletariado*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007;
- _____. *O Partido e a Revolução*, 2.ed. São Paulo: Instituto Jose Luís e Rosa Sundermann, 2014;
- _____. *Revoluciones del siglo XX*. Disponível em: <http://www.nahuelmoreno.org/revSXX.shtml>;
- MUSTO, Marcello. *O Velho Marx: uma biografia de seus últimos anos*. São Paulo: Boitempo, 2018;
- NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e direito*. São Paulo: Boitempo, 2000;
- _____. (org.). *O discreto charme do direito burguês: ensaios sobre Pachukanis*. Campinas: UNICAMP, 2009;
- _____. *A questão do direito em Marx*. São Paulo: Outras Expressões Dobra Universitário, 2014;
- NOBRE, Marcos (org.). *Curso livre de teoria crítica*. 3ª edição. Campinas: Papirus, 2013;
- _____. *A teoria crítica*. 1ª edição, 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2014;
- NOVACK, George. *Introdução à lógica marxista*. São Paulo: Instituto Jose Luís e Rosa Sundermann, 2006;
- ORIONE, Marcus. *Forma jurídica e luta de classes como critérios informadores da crítica marxista de modelos constitucionais: um estudo a partir das Constituições do México de 1917, de Weimar de 1919 e da República Socialista Federativa Soviética da Rússia em*

1918. In: SEFERIAN, Gustavo; BATISTA, Flávio (orgs.). *Revolução Russa, Estado e Direito*. São Paulo: Dobradura Editorial, 2017;
- PACHUKANIS, Evgeni, *A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921 – 1929)*. São Paulo: Sundermann, 2017;
- PEÑA, Milcíades. *O que é o marxismo? Notas de iniciação marxista*. São Paulo: Instituto Jose Luís e Rosa Sundermann, 2014;
- PEPETELA. *Mayombe*, São Paulo: LeYa, 2013;
- SACRINI, Marcus. *Introdução à análise argumentativa: teoria e prática*. São Paulo: Paulus, 2016;
- SÁNCHEZ, Adolfo Vázquez. *Ciência e revolução: o marxismo de Althusser*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980;
- _____. *Filosofia da Praxis*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986;
- SCHNEIDER, Graziela (org.). *A Revolução das Mulheres*. São Paulo: Boitempo, 2017;
- SEFERIAN, Gustavo; BATISTA, Flávio (orgs.). *Revolução Russa, Estado e Direito*. São Paulo: Dobradura Editorial, 2017;
- SILVA, Jair Batista da Silva. *Marxismo e reconhecimento. Crítica Marxista nº31*. Campinas: Unicamp, 2010;
- SIVA. Josué Pereira da. *Trabalho, Cidadania e Reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008;
- SILVA, Júlia Lenzi. *Processo judicial previdenciário e política pública de previdência social*. Curitiba: Juruá, 2015;
- _____. *Reforma da previdência: as propostas de alterações para as principais formas aposentadorias do Regime Geral de previdência social*. disponível em: <http://www.amatra15.org.br/uploads/artigos/reformadaprevidenciaaspropostasdealteracaoesparaasprincipaisformasaposentadoriasjulialenzi.pdf>; acesso em 02.07.17;
- TAYLOR, Charles (org.) *Multiculturalismo*. Lisboa: Piaget, 1998;
- TOLEDO, Cecília. *Gênero e classe*. São Paulo: Sundermann, 2017;
- _____. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Sundermann, 2005;
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011;
- _____. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Instituto Jose Luís e Rosa Sundermann, 2011;
- _____. *Questões do modo de vida. A moral deles e a nossa*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009;

VOLÓCHINOV, Valentin. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017;

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.